



Milton Santos, professor da Universidade Federal da Bahia até 1964, ensinou depois em diversas universidades na Europa, na África, na América do Norte e do Sul. Entre os assuntos do seu interesse estão a problemática da urbanização no Terceiro Mundo e a teoria e a metodologia geográfica, temas sobre os quais publicou diversos livros e inúmeros artigos em português, francês, espanhol, inglês e japonês. Atualmente é professor titular de Geografia Humana na Universidade de São Paulo. Entre as honrarias que recompensam o seu trabalho intelectual, está o título do doutor *honoris causa* recebido da Universidade de Toulouse (1980) e da Universidade Federal da Bahia (1987), e da Universidade de Buenos Aires (1992).

EDITORA HUCITEC

MILTON SANTOS
A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Milton Santos

A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

EDITORA HUCITEC

© 1993 de Milton Santos. Direitos de publicação reservados pela Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC Ltda., Rua Gil Eanes, 713 - 04601-042 São Paulo, Brasil. Tel.: (011)530-9208 e 543-0653. Fac-símile: (011)535-4187.

ISBN 85.271.0230-7
Foi feito o depósito legal.

SUMÁRIO

1. Prefácio/Introdução	9
2. A urbanização pretérita	17
3. A evolução recente da população urbana, agrícola e rural	29
4. O meio técnico-científico	35
5. A nova urbanização: diversificação e complexidade	49
6. A diversidade regional	57
7. Brasil urbano e Brasil agrícola e não apenas Brasil urbano e Brasil rural	65
8. Urbanização concentrada e metropolização	69
9. Tendência à metropolização	81
10. A "dissolução" da metrópole	89
11. A organização interna das cidades: a cidade caótica	95
12. A urbanização e a cidade corporativas	99
13. Tendências da urbanização brasileira no fim do século XX	117
Bibliografia	127
Anexo estatístico	135
Índice dos autores citados	155

A URBANIZAÇÃO E A CIDADE CORPORATIVAS

No Brasil moderno pós-64, conjugam-se, como a mão e a luva, as exigências de inserção em nova ordem econômica mundial que se desenha e as necessidades internas de um Estado autoritário. A integração dos transportes e das comunicações, rapidamente modernizados, necessária à visão panóptica do território, é, igualmente, condição material para a difusão, além das regiões centrais mais desenvolvidas, de atividades industriais e agrícolas altamente capitalistas. Em 1970, 85% das quinhentas maiores empresas nacionais estavam no Sudeste, enquanto em 1985 são apenas 68%. O Nordeste passa de 5% a mais de 13% nesse período e o Norte de 0,4% a 3% do conjunto dessas quinhentas empresas¹. O mercado, assim unificado, se amplia, sob o comando de firmas cada vez mais poderosas, que eliminam as empresas concorrentes. Relacionando-se com as novas condições de equipamento do território, Sonia Vasconcellos (1991, p. 45) descreve esse fenômeno, e citando Karavaev (1987, p. 194-196) mostra como, entre 1974 e 1980, desapareceram treze dos 53 grupos empresariais com patrimônio acima dos US\$ 100,000,000. Em 1981, só quatro empresas nacionais estavam incluídas entre os 32 grupos privados com patrimônio líquido acima de US\$ 300,000,000.

O processo de concentração da economia é vigoroso e rápido. Conforme relata Lawrence Pih (1989), “duzentos grupos empresariais privados controlam virtualmente a economia e apenas

1	<i>As quinhentas maiores empresas do Brasil</i>			
	1970	1975	1980	1985
Sudeste	85,20%	82,40%	71,00%	67,80%
Sul	8,20%	8,20%	15,60%	14,00%
Nordeste	5,20%	6,80%	9,60%	13,40%
Centro-Oeste	1,00%	1,60%	1,80%	1,80%
Norte	0,40%	1,00%	2,00%	3,00%

1,7% das empresas controla mais de metade de todo o mercado industrial brasileiro"². Esse mesmo autor, que é, aliás, um empresário (L. Pih, 1990) indica o grau de oligopolização³ alcançado

² "Hoje, 200 grupos empresariais privados virtualmente controlam a economia e apenas 1,7% das empresas controla mais da metade de todo o mercado industrial brasileiro." (Lawrence Pih, "Incompetência e estatismo da direita", *Folha de S. Paulo*, 4/12/89).

Graus de concentração

transporte aéreo	91%
gás	90%
montadoras de veículos	89%
transporte ferroviário	89%
construção naval	85%
fumo	80%
fabricação de avião	80%
produtos de perfumaria	77%
borracha	68%
pneus	68%
produtos não-metálicos	68%
transporte marítimo e fluvial	60%
tratores e implementos	68%
equipamentos de escritório	58%

A lista se estende a outros onze setores, cujo grau de concentração supera o nível de 40% (L. Pih, idem).

³ *A concentração da economia*

	Número de grupos	% do faturamento (grau de concentração)
moinhos	4	59
frigoríficos	4	53
conservas, sucos, concentrados	4	78
cerveja	2	86
cigarro e fumo	3	91
material de transporte	4	94
produtos de higiene e limpeza	4	71
cimento e cal	4	68

varejista	4	55
distribuição de gás	4	66

vidro e cristal	4	76

em diversos setores. Idêntica constatação é a do Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade de Campinas⁴.

Em outras palavras, pequeno número de grupos com posição dominante no mercado, exerce de fato papel de controle do território, via produção e consumo. Empresas internacionais estão cada vez mais presentes nesse jogo. Em um discurso sobre "Perspectivas das Relações Teuto-Brasileiras" pronunciado no Brasil em 5 de abril de 1979, numa reunião da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha, o chanceler Helmut Kohl assim se felicita da presença econômica do seu país na atividade fabril brasileira: "A indústria alemã criou, apenas no Estado de São Paulo, direta ou indiretamente, cerca de 600.000 lugares de trabalho. Seu desempenho na formação técnica e na transferência de tecnologia é considerável" (*O Estado de S. Paulo*, 6/4/1979).

As multinacionais, no final da década de 80, eram responsáveis por 22,6% do produto industrial, 17% do emprego no setor (empregando 1.300.000 trabalhadores, com uma folha anual de US\$

	Número de grupos	% do faturamento (grau de concentração)
confeções	2	46
motores e implementos agrícolas	4	65
equipamentos para comunicações	4	72

Lawrence Pih, "O desafio brasileiro", *Folha de S. Paulo*, 2/2/90.

⁴ *Bolo concentrado**

Setor industrial	Número de empresas líderes	Fatia do mercado
conservas	4	74
cerveja	2	86
cigarro e fumo	3	91
eletrodomésticos	4	60
pneus e artefatos de borracha	4	75
produtos de higiene e limpeza	4	71
cimento e cal	4	68
vidro e cristal	4	76
amianto e gesso	4	88

* Dados calculados sobre vendas líquidas da indústria em 1988. Fonte: Núcleo de Estudos Estratégicos. *Isto é Senhor* 1083, 20/6/90, p. 58.

3,200,000,000) e se responsabilizam por 35% da receita fiscal (J. Beting, 1988).

Para Florestan Fernandes (*Capitalismo dependente...*, 1973, p. 18), o período atual revela um padrão de dominação externa que se dá “em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos” empresas que “trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de *marketing*, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderaram das posições de liderança — através de mecanismos financeiros, por *associação* com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios — ocupadas anteriormente pelas empresas nativas e por seus ‘policy-makers’”.

(A unificação, agora fortalecida, do território e do mercado responde pelo processo de concentração da economia, com a constituição de empresas oligopolistas que ampliam, cada vez mais, seu raio de ação e seu poder de mercado, integrando ainda mais esse mercado e o próprio território.)

A produção do espaço necessário aos grandes capitais

Na fase do capital concorrencial, demandas sociais podiam ser mais facilmente atendidas pelos cofres municipais, e, em muitos casos, as burguesias locais também participavam, juntamente com o resto da sociedade urbana, do esforço de equipamento social. A demanda de capitais comuns pelas atividades econômicas era relativamente menor.

Bem diferente é o que se vai passar quando o capitalismo competitivo for cedendo lugar ao capitalismo monopolista, até este se impor. O capital monopolista supõe, dentro e fora da cidade, a utilização de recursos maciços. De um lado, é preciso dotar as cidades de infra-estruturas custosas, indispensáveis ao processo produtivo e à circulação interna dos agentes e dos produtos. De outro, para atingir o mercado nacional, é exigida uma rede de transportes que assegure a circulação externa. Esse processo é concomitante ao de centralização dos recursos públicos em mãos do governo federal que os utiliza em função de suas próprias opções.)

A ideologia desenvolvimentista dos anos 50 e a posterior ideologia do crescimento e do Brasil potência justificavam e legitimava-

vam a orientação do gasto público em benefício de grandes empresas cujo desempenho permitiria ao Brasil aumentar suas exportações para poder se equipar mais depressa e melhor... As administrações locais viam reduzidos os seus recursos próprios e, ainda por cima, perdiam o poder de decisão sobre os recursos que lhes eram alocados. O essencial dos meios com que contavam era (e ainda é) destinado aos gastos com a economia, e a própria indigência dos cofres municipais aconselhava a atração de atividades capazes de pagar impostos e desse modo ampliar as receitas locais.

Esse raciocínio também conduziu a dar prioridade aos investimentos em capital geral do interesse de umas poucas empresas, em lugar de canalizar os dinheiros obtidos para dar respostas aos reclamos sociais. O regime autoritário, mediante rígido controle das manifestações de uma opinião pública já por si deformada, contribuiu, fortemente, para a manutenção desse esquema.

Marx, nos *Grundrisse* (5.º Caderno, p. 524) já havia sugerido que o capital necessita da “criação de condições físicas que facilitem o comércio — meios de comunicação e de transporte — a aniquilação do espaço pelo tempo — torna-se para ele uma necessidade”. O fato é que falar genericamente de capital não ajuda muito em tarefas analíticas. É indispensável qualificar o capital ou, mesmo, classificá-lo. As exigências de fluidez não são as mesmas para todos os tipos de capital. A cada momento, o capital hegemônico necessita de maior fluidez que os outros, e entre outras razões exatamente porque lhe cabe operar em área maior. É, atualmente, o caso das corporações. Conforme nos diz Ph. Aydalot (1976, p. 297, 1979), “a dinâmica das grandes empresas implica um alargamento constante do espaço submetido aos seus cálculos: não apenas cresce a mobilidade das atividades no espaço, mas deve inscrever-se em uma área sempre mais vasta, sem o que, encontrando limites, as empresas não poderiam lutar contra a tendência ao aumento de custo de reprodução de sua força de trabalho e a reprodução do sistema estaria bloqueada”. Observação parecida é feita por Rainer Randolph (1991, p. 105-106)⁵ e uma valiosa pesquisa de Roberto Lobato Corrêa (1991) é bem explicativa desse fato.

⁵ Rainer Randolph (1991) mostra como a presença de firmas multinacionais altera a lógica da organização do território de forma significativa, ainda que os dados do processo (mas não a sua significação) possa escapar aos agentes econômicos, que nas diversas áreas operam em uma escala menor.

O espaço da modernização contemporânea

Legitimada pela ideologia do crescimento, a prática da modernização cria, no território como um todo, em particular nas cidades, os equipamentos, mas também as normas indispensáveis à operação racional vitoriosa das grandes firmas, em detrimento das empresas menores e da população como um todo⁶. Daí, em pouco tempo, resultados concomitantes: a extraordinária geração de riquezas, cada vez mais concentradas, não é contraditória com a enorme produção de pobreza, cada vez mais difundida, enquanto surgem novas classes médias. Estas são indispensáveis à operação do sistema, na cidade e no campo, onde se instalam como nervo e instrumento da circulação e como alavanca de uma produção e de um consumo hegemônicos, isto é, comandados pelas corporações.

(Pode-se dizer que nos dois últimos decênios, o espaço nacional conheceu transformações extensas e profundas. A modernização é o principal elemento motor dessas mudanças, acarretando distorções e reorganizações, variáveis segundo os lugares, mas interessando a todo o território.)

(No espaço agrícola, a criação de um mercado unificado que interessa sobretudo às produções hegemônicas, leva à fragilização das atividades agrícolas periféricas ou marginais do ponto de vista do uso do capital e das tecnologias mais avançadas. Os estabelecimentos agrícolas que não puderam adotar as novas possibilidades técnicas, financeiras ou organizacionais tornam-se mais vulneráveis às oscilações de preço, crédito e demanda, e o que freqüentemente é fatal aos empresários isolados. As oscilações de conjuntura, como, por exemplo, a aceleração da inflação funcionam como multiplicador de efeitos indesejáveis do ponto de vista das empresas agrícolas menos fortes.)

A tudo isso, acrescenta-se o fato de que a substituição rápida de atividades agrícolas, como ocorreu em boa parte do território

brasileiro, cria condições novas de procura e demanda em um mercado assim tornado ao mesmo tempo caótico para os pequenos proprietários e pequenos intermediários, e exemplarmente ordenado para as grandes empresas.

No período atual da história, quando as novidades se espalham celeremente em escala mundial, o novo aparece simultaneamente em um grande número de lugares e torna-se temerário falar de modernização tardia, como, talvez impropriamente, em outro momento, se falou em capitalismo tardio (Mello, 1982). Neste último caso, partiu-se de uma comparação com os países do centro, para afirmar que o capitalismo brasileiro veio muito depois. Se as precedentes vagas de modernização davam-se, no Terceiro Mundo (e no Brasil também), não apenas com defasagens, mas com difusão limitada, tanto na sociedade quanto no território, a modernização atual, baseada na revolução técnico-científica e, paralelamente, nas transformações estruturais das bases econômicas e sociais do sistema capitalista, conhece difusão mais rápida e mais ampla, tanto na vida social quanto na configuração espacial.

Todavia, nos países subdesenvolvidos, o estado anterior da sociedade e as formas anteriores de organização do território fazem com que sua modernização contemporânea seja, como as anteriores, caracterizada de maneira particular, em face do que ocorre nos países centrais. Quanto ao Brasil, falou-se de modernização conservadora e dolorosa. Este não é, todavia, fenômeno unicamente brasileiro, mas fato geral nos países subdesenvolvidos, ainda que com características específicas de cada formação social nacional. Em toda parte, no Terceiro Mundo, a modernização contemporânea inclui uma produção extrovertida, o triunfo do consumo dirigido e desculturalizante, a despolitização da política e o desmaio da cidadania, com a instalação de regime fortes, freqüentemente militares, indispensáveis ao financiamento da nova ordem produtiva, com imposição de enormes sacrifícios às populações envolvidas. Tudo isso é facilitado pelo fato de que, no período atual, também se afrouxam os princípios de moralidade internacional.

No Brasil, grande pelo território e seus vastos recursos, portador de população numerosa, e país subdesenvolvido mas industrializado, as marcas materiais, sociais e culturais do novo período se imprimem com mais força e com mais rapidez, acarretando

⁶ O papel das corporações na reestruturação espacial dos países subdesenvolvidos apenas começa a ser objeto de considerações teóricas e de estudos empíricos. Um dos primeiros a abordar esse tema, Roberto Lobato Corrêa ("Corporação e espaço, uma nota") mostra que o seu papel de manutenção, desfazimento e recriação das diferenças espaciais constitui o seu principal impacto, assim como "a perda do poder de controle e decisão das cidades da hinterlândia dos centros de gestão, através de fusão e satelização funcional das empresas locais" sem força para competir com os novos gigantes industriais ou comerciais.

resultados mais notáveis que em outras nações: grande crescimento econômico, baseado em considerável desenvolvimento material, e, como contraponto, no campo social e político, uma evolução negativa, levando ao desenvolvimento simultâneo de uma classe média relativamente numerosa e de uma extensa pobreza.

Legitimada pela ideologia do crescimento, a prática da modernização a que vimos assistindo no Brasil, desde o chamado "milagre econômico", conduziu o País a enormes mudanças econômicas, sociais, políticas, culturais, apoiadas no equipamento moderno de parte do território e na produção de uma psicosfera tendente a aceitar essas mudanças como um sinal de modernidade. Tal conjunto, formado pelas novas condições materiais e pelas novas relações sociais cria as condições de operações de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, que agem na esfera da produção, da circulação e do consumo e cujo papel direto ou por intermédio do poder público, no processo de urbanização e na reformulação das estruturas urbanas, sobretudo das grandes cidades, permite falar de urbanização corporativa e de cidades corporativas.

A ação política das grandes empresas

Devemos, igualmente, levar em conta o impacto dessas grandes empresas no processo político, paralelamente ao que têm no processo econômico. Consideremos, em primeiro lugar, o papel dos fluxos financeiros na estruturação do espaço. Se é relativamente fácil avaliar os fluxos de recursos fiscais entre subespaços do território nacional, é praticamente impossível, nas condições atuais, obter resultados idênticos quanto aos fluxos de mais-valia. Mas o assunto pode ser tratado qualitativamente.

A mais-valia tende a variar nas diversas atividades. Num mesmo espaço de tempo e com o uso de mesma quantidade nominal de capital, certas firmas se apropriam de parcela maior do resultado do trabalho e da capitalização coletivos, o que lhes permite, assim, de uma só vez, fortalecer-se, deslocar firmas menos poderosas e aumentar ainda mais sua parte de ganho na próxima etapa. Ao mesmo tempo em que aumenta seu poder de mercado, e seu poder no mercado, aumenta também seu poder propriamente político, a ser exercido na participação da tomada de decisões que concernem aos seus próprios interesses e, desse modo,

interferindo com os interesses de outros setores da economia e da sociedade. O equipamento do território constitui, assim, uma das bases de poder das grandes firmas e acaba por ser um instrumento de sua concorrência com as firmas homólogas e sobretudo com as firmas menores.

Se esse equipamento é utilizável por todos os atores da economia e da sociedade, os resultados alcançados diferem em função do poder de cada qual. Desse modo, o território não é apenas o teatro do jogo econômico; ele se torna fator determinante. Tal como ele se organiza para a modernidade, o território é a base comum de operação para todos os atores, mas é sobretudo favorável às corporações.

Já se vê que os resultados acima invocados não são apenas o resultado de um jogo de mercado, mas também dos fatores de uma vontade política. O papel do Estado é decisivo.

Há, de um lado, premeditada escolha das infra-estruturas a instalar e de sua localização, com a criação de equipamentos do interesse específico de certas atividades. De outro lado, tomam-se disposições para facilitar o intercâmbio internacional e interno, mediante incentivos tanto genéricos como particulares a cada caso, que vão desde as tarifas de favor nos Correios e Telecomunicações, ao estabelecimento de linhas de crédito.

A supressão, de fato, da Federação, facilitou a concentração dos recursos fiscais em mãos do governo federal, que assim podia escolher livremente a geografização dos equipamentos coletivos. A supressão legal da cidadania limitava ou, mesmo, eliminava o debate em torno dessas decisões e retirava toda eficácia às veleidades locais. Tomado como bloco, e tratado como bloco, o território ainda mais se prestava aos interesses das empresas maiores, as únicas capazes de utilizá-lo inteiramente.

Aliás, a modernização do País e do seu território não é apenas uma preocupação do próprio País, mas tarefa de interesse mundial, embora seja a sociedade nacional que deva arcar com esse ônus. O equipamento do território nacional é freqüentemente financiado com a conjugação de recursos nacionais e de recursos externos, na forma de empréstimos multilaterais. O Banco Mundial, atento às preocupações de inserção do País na nova ordem econômica mundial, foi um desses fornecedores de fundos (Schmidt e Farrett, 1986, p. 50-51). Essa é, talvez, uma das razões pelas quais a dívida externa brasileira, que fora de 3,1 bilhões

de dólares em 1960 e de 21,2 bilhões em 1975, passa a 81,3 bilhões em 1983 e a 105 bilhões em 1989 (A. Brum, 1990, p. 159).

Tecnoesfera, psicoesfera e urbanização corporativa

Lembra Jean-Michel Roux (1980, p. 123) que “as transformações do território (...) não apenas resultam de uma pressão imperiosa do sistema socioeconômico. Elas também são o fruto de modelos ideológicos sobre ‘o desenvolvimento’ e a ‘modernidade’ que se impõem aos detentores do poder”. Para esse autor, pensando com base no caso francês, esses modelos são produzidos e efetivados pelo aparelho de Estado. Este “possui um quase monopólio das reflexões sobre o planejamento do território”, “controla diretamente uma parte essencial dos investimentos mais determinantes para a organização do espaço” e “reúne todas essas decisões em uma rede de regulamentos e de justificações que apenas ele pode entender”.

Em poucos anos, infra-estrutura e superestrutura se modificam fundamentalmente e o processo correspondente de urbanização também conhece mudanças.

Em primeiro lugar, o arranjo espacial das cidades muda, tanto pelo seu tamanho consideravelmente aumentado, como pelo sua localização mais dispersa. Mudam, sobretudo, suas funções. As cidades são, de um lado, os elos de uma cooperação e de uma regulação que se devem dar em escala nacional, a serviço das atividades com dimensão nacional, isto é, as grandes empresas e o Estado. Por isso, devem ser localmente equipadas para o exercício dessa vocação “nacional”, indispensável à realização do modelo nacional adotado. As respectivas tarefas são consideradas prioritárias e as aglomerações urbanas são preparadas para realizá-las a contento. As demais tarefas, consideradas menos relevantes, agregam-se, por necessidade funcional, mas de forma subordinada, às tarefas hegemônicas. A cidade se define segundo as modalidades dessas combinações dependentes do grau de desenvolvimento regional e da amplitude da respectiva divisão territorial do trabalho. As atividades não-hegemônicas são, em geral, deixados à “espontaneidade” do mercado. De um ponto de vista político, as atividades centrais, isto é, programadas como condição de êxito para o projeto nacional, são as que interessam ao próprio Estado e às corporações.

Essas atividades *centrais* se dispõem em rede e sistema, interessando à totalidade dos núcleos urbanos, não importa onde estejam localizados. É nesse sentido que podemos falar de uma *urbanização corporativa*.

As cidades e, sobretudo, as metrópoles são corporativas, mas não apenas pelas facilidades que criam ou representam para a operação das grandes empresas, das corporações econômicas. A palavra *corporação*, aliás, foi primeiro aplicada para nomear o sistema produtivo que, na Idade Média, reunia artesãos e comerciantes, em torno de determinados ofícios, atribuindo-lhes o privilégio de um ofício ou de uma atividade. Em seguida, o vocábulo foi empregado para caracterizar, pejorativamente, grupos fechadas, reunidos em torno de seus interesses exclusivos, sem referência aos interesses dos outros.

A cidade atual presta-se à recriação desse tipo de segmentação, com a emergência de grupos mais ou menos organizados, lutando de maneira difusa ou com o apoio de *lobbies* mais ou menos agressivos e mais ou menos aparelhados, através de discursos, *marketing*, alianças duráveis ou colusões ocasionais, estratégias e táticas pela prevalência de suas reivindicações setoriais. São interesses de classes de categorias profissionais, de bairros, de tipos de proprietários, como os donos de automóveis, mas também de grupos étnicos, de gênero ou de comportamento sexual que buscam a construção de sua identidade, mas também o discurso de suas reclamações particulares e a melhor prática para sua militância, destinada a obter, no plano jurídico ou material, compensações e vantagens.

A produção recente de uma classe média mais preocupada com as práticas que com as finalidades, fenômeno precipuamente urbano, é também um dos dados dessa mentalidade corporativista. As próprias classes inferiores são vítima desse estado de espírito, em sua qualidade de vítima das exigências de um consumo ainda não satisfeito, senão marginalmente. O consumo, aliás, é frequentemente a base de egoísmos de grupo ou territoriais e se encontra por trás da defesa útil (e às vezes bem-sucedida) de interesses corporativos.

O cidadão é não raro ensombrecido pelo usuário e pelo consumidor, afastando para muito depois a construção do homem público. Daí a busca de privilégios em vez de direitos.

Todos esses corporativismos impedem de ver a cidade como um todo, tornam difícil o estabelecimento de uma lógica de hie-

rarquias e de uma ação concertada, representando, assim, desperdício de recursos já escassos. A chamada anarquia da cidade capitalista é, desse modo, agravada, com todas as suas consequências. É também assim que as lealdades coletivas se enfraquecem e o sentimento de comunidade não chega a se afirmar, dificultando o exercício da cidadania e da democracia.

Contradições da cidade corporativa

“(…) O poder público é chamado, nos últimos trinta anos, a exercer um papel extremamente ativo na produção da cidade. Seguindo o movimento geral do sistema capitalista que consagra concentrações e centralizações, a cidade do capital concorrencial cede lugar à cidade do capital monopolista ou oligopolista (...). Num primeiro momento, boa parte (variável segundo os lugares) da formação do capital geral, devia-se aos próprios atores principais do jogo econômico, que arcavam com uma parcela de responsabilidade na implantação das economias de aglomeração indispensáveis ao funcionamento da máquina econômica e do organismo social. Numa fase de transição, o poder público é levado a assumir cada vez mais esses encargos, mas as obras públicas também beneficiam uma parcela considerável da população e um número importante de empresas. Na cidade corporativa, o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas; o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos. Isso obedece à mais estrita racionalidade capitalista, em nome do aumento do produto nacional, da capacidade de exportação, etc.” (Santos, 1990, p. 94-95).

“(…) Os habitantes urbanos, novos e antigos, reclamam por mais serviços, mas os negócios, as atividades econômicas também necessitam das chamadas economias de aglomeração, isto é, dos meios gerais de produção. O orçamento urbano não cresce com o mesmo ritmo com que surgem as novas necessidades. A ideologia do desenvolvimento que tanto apreciamos nos anos 50 e sobretudo a ideologia do crescimento reinante desde fins dos anos 60 ajudam a criar o que podemos chamar de metrópole corporativa, muito mais preocupada com a eliminação das já mencionadas deseconomias urbanas do que com a produção de serviços sociais e com o bem-estar coletivo” (Santos, 1990, p. 94).

Desse modo, o processo de urbanização corporativa se impõe à vida urbana como um todo, mas como processo contraditório opondo parcelas da cidade, frações da população, formas concretas de produção, modos de vida, comportamentos.⁷ Há oposição e complementaridade, mas os aspectos corporativos da vida urbana tendem a prevalecer sobre as formas precedentes das relações externas e internas da cidade, mesmo quando essas formas prévias, chamadas tradicionais, de realização econômica e social, interessam a população mais numerosa e a áreas mais vastas.⁸ A lógica dominante, entretanto, é, agora, a da urbanização corporativa e a da cidade corporativa.⁹

O próprio poder público torna-se criador privilegiado de escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação, empurra a maioria da população para as periferias; e empobrece ainda mais os mais pobres, forçados a pagar caro pelos precários transportes coletivos e a comprar caro bens de um consumo indispensável e serviços essenciais que o poder público não é capaz de oferecer (Santos, 1990).

O poder público, entretanto, não age apenas de forma indireta. Ele também atua de forma direta na geração de problemas urbanos, ainda que prometendo resolvê-los. O caso do Banco Nacional de Habitação é o exemplo mais típico. O discurso da criação do B.N.H. dava-o como instrumento de melhoria das condições de moradia dos habitantes urbanos. Na verdade, esse Banco tornou-se, em primeiro lugar, o banco da cidade, a instituição financeira estatal destinada a preparar as cidades para melhor exercer

⁷ A competição entre as formas de comercialização de produtos destinados ao consumo obrigatório e corrente das populações urbanas de todos os níveis de renda ilustra esse processo: a concorrência entre supermercados, de um lado, e, de outro, armazéns, quitandas e feiras livres é sobretudo um aspecto da evolução do fenômeno da urbanização corporativa (S. Pintaudi, 1981).

⁸ A forma como os transportes públicos são operados na maior parte das cidades brasileiras é um bom exemplo do caráter corporativo de nossa urbanização. Discutindo esse aspecto da vida urbana, em face do debate sobre as privatizações, Regina S. Pacheco (1988, p. 14) mostra como em São Paulo “a análise da evolução recente do setor transportes coletivos” revela que “na prática já se encontra aí instalado o favorecimento de interesses privados, para o que concorre, como mecanismo fundamental, a articulação dos setores público e privado na oferta do serviço”.

⁹ A propósito de “espaço corporativo”, ver Ruy Moreira, 1985, especialmente o capítulo 4, p. 101-154.

seu papel na fase do capital monopolista que se estava implantando. Ele iria realizar essa tarefa mediante utilização de recursos arrecadados junto a todos os trabalhadores através de suas poupanças voluntárias e também de um Fundo, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), constante de um porcentual dos salários e mensalmente recolhido pelos empregadores.

Antes do regime autoritário, os trabalhadores obtinham estabilidade no emprego aos dez anos de atividade e qualquer demissão obrigava a empresa a indenização relativa ao tempo de serviço. Para acelerar a modernização, o governo autoritário suprimiu a estabilidade e exonerou os patrões de responsabilidade financeira, quando demitem os seus empregados, essa responsabilidade recaindo nos ombros do poder público, mas com a utilização do mesmo FGTS.

A modernização da economia, com a exclusão dos trabalhadores considerados excedentários, é paga pelo conjunto da classe trabalhadora. E os recursos restantes são sobretudo utilizados com duas destinações: 1) o equipamento das cidades, renovando seu estoque de infra-estruturas para acolhimento mais cabal de atividades modernas; 2) o financiamento da construção de apartamentos e casas sobretudo para as classes médias, já que os programas de atendimento às populações de baixa renda somente foram mais largamente desenvolvidos a partir do final da década de 70.

Os conjuntos residenciais levantados com dinheiro público — mas por firmas privadas — para as classes médias baixas e os pobres se situam quase invariavelmente nas periferias urbanas, a pretexto dos preços mais acessíveis dos terrenos, levando, quando havia pressões, a extensões de serviços públicos como luz, água, às vezes esgotos, pavimentação e transportes, custeados, também, com os mesmos recursos. É desse modo que o BNH contribui para agravar a tendência ao espraiamento das cidades e para estimular a especulação imobiliária. A construção de um conjunto residencial e a consecutiva dotação de infra-estruturas valoriza os terrenos em derredor, estimulando os proprietários a uma espera especulativa. Produzem-se novos vazios urbanos, ao passo que a população necessitada de habitação, mas sem poder pagar pelo seu preço nas áreas mais equipadas, deve deslocar-se para mais longe, ampliando o processo de periferização.

Uma outra iniciativa governamental trabalha na mesma direção. Referimo-nos aos Projetos C.U.R.A., operações de renovação

empreendidas nos centros urbanos e cujo resultado é, também, o de ativar a especulação imobiliária expulsando parcela da população preexistente e impondo nova lógica à cidade como um todo. Essa lógica é a da valorização-desvalorização diferencial dos diversos setores urbanos. Como, porém, esses projetos C.U.R.A. são geralmente associados ao programa das cidades médias, aglomerações destinadas a acolher atividades econômicas modernas descentralizadas, o resultado comum é o aumento do valor de todos os terrenos equipados e a reativação, em nível superior, dos processos espaciais que já definem a problemática urbana.

Nessas condições, cada solução se impõe como um problema. Melhorar uma via pública significa aumentar também a possibilidade de implantação ou melhoria do transporte público e criar uma valorização que acabará por expulsar daquela vizinhança os mais pobres. Instalar um novo serviço público (água, esgotos, eletricidade) acaba por ter o mesmo resultado, pelas mesmas razões. E a necessidade (nova) de pagar por esses mesmos serviços pesa sobre orçamentos reduzidos e apressa o processo de expulsão. Todo melhoramento numa área pobre faz dela o teatro de um conflito de interesses com as classes médias em expansão, para não falar das classes altas. A rapidez com que se instala o processo de verticalização (M. A. A. de Souza, 1990) tem como paralelo um processo de suburbanização. Como o número de pobres se expande ainda mais depressa, há pressão pela terra também entre os pobres e o resultado é uma expansão geográfica da cidade, periferização que se dá com a criação de vazios, graças ao modelo rodoviário. É um equívoco pensar que problemas urbanos podem ser resolvidos sem solução da problemática social. É esta que comanda e não o contrário.

A planificação urbana, entretanto, é, sobretudo, voltada para os aspectos da cidade cujo tratamento agrava os problemas, em vez de resolvê-los, ainda que à primeira vista possa ficar a impressão de resultado positivo. Trata-se de planificação sobretudo técnica, preocupada com aspectos singulares e não com a problemática global, planificação mais voltada para o chamado desenvolvimento econômico, quando o que se necessita é de uma planificação sociopolítica que esteja de um lado preocupada com a distribuição dos recursos sociais, e, de outro, consagre os instrumentos políticos de controle social, capazes de assegurar a cidadania plena. Um plano diretor não pode contentar-se em ser ape-

nas uma disciplina do crescimento físico ou da dotação de serviços, mas deve incluir uma clara preocupação com a dinâmica global da cidade, buscando orientá-la no interesse das maiorias.

Os novos recortes espaciais

Há vinte anos atrás, pensávamos que, na realidade, o conhecimento do sistema urbano nos países subdesenvolvidos devia passar pela separação metodológica de uma rede urbana voltada para as tarefas de exportação (e importação), tributária de um modelo orientado por fora e de uma rede urbana mais voltada ao consumo interno e às tarefas indispensáveis a provê-lo. O sistema urbano voltado para o exterior seria o principal utilizador das grandes vias e meios de transporte, exigindo até mesmo, em certos casos, a construção de rotas e dutos exclusivos (ou quase), como a ferrovia do aço ou a estrada da soja. Se algumas aglomerações (portos, nós de circulação, cidades-entrepasto) eram praticamente exclusivas do subsistema "exportador", a rede urbana como um todo seria utilizada indiferentemente por ambos os subsistemas. Em muitas cidades, os dois subsistemas se encontrariam, utilizando-se dos mesmos objetos, ainda que gerando relações diferentes.

(Sem a separação epistemológica entre objetos geográficos e relações socioespaciais, esse modelo não poderia ser construído. Mas é a realidade que serve de base para a proposta analítica.)

Agora que a realidade mudou, o modelo acima tem de ser revisto, para incorporar as transformações verificadas. A principal mudança é o aumento exponencial da fluidez do território, graças aos progressos nos transportes, nas comunicações e na produção e uso das informações. Outra mudança vem da importância das corporações no processo econômico e social, como únicas empresas capazes de utilizar plenamente as novas condições infra-estruturais e supra-estruturais, na totalidade do território, cujo equipamento moderno lhes permite dispor de vantagem comparativa fundamental, a que Martin Lu (maio, 1984, p. 18) chama de "unificação do espaço de decisão".

A eficácia das grandes empresas vem de sua presença em lugares estratégicos do espaço total, pontos escolhidos por elas mesmas, dos quais exerce sua ação sobre outros pontos ou zonas, diretamente ou por intermédio de outras firmas. A ação espacial

das corporações não necessita da continuidade espacial (isto é, de recorte propriamente geográfico), mas da continuidade temporal.)

Nesse sentido, pode-se, hoje, dizer que o território nacional da modernidade é objeto de dois tipos de recorte. De um lado, recriam-se subespaços mediante nova regionalização, que tanto pode ser o fato de produções homogêneas que colonizam e definem uma fração do espaço com base em uma mesma atividade ou de uma combinação de atividades, como pode provir de relações necessárias entre um núcleo e o seu entorno imediato. Em ambos esses casos, a área resultante é contínua. É a nova forma do velho fenômeno de região. Mas há, de outro lado, outro recorte espacial, formado pela união dos pontos de apoio das corporações no seu processo produtivo, ligando e relacionando lugares estratégicos da produção propriamente dita, da comercialização, da informação, do controle, da regulação. No primeiro caso, onde o espaço é contínuo, trata-se de um recorte *horizontal* do espaço total. No segundo caso, o recorte resultante é *vertical*. No primeiro caso, as tarefas técnicas predominam, ligadas, direta ou indiretamente, ao processo direto de produção. No segundo caso, são tarefas políticas as que predominam, base do processo de regulação da produção (crédito, informação, ordens) que é, também, um processo de regulação do território, isto é, do seu equipamento e seu uso. Nesse sentido, diremos que a região deixa de ser produto de solidariedade orgânica localmente tecida, para tornar-se resultado de solidariedade organizacional.)

será o papel das antigas e novas cidades internacionais no jogo externo e no jogo interno do poder econômico? Qual a nova lógica das relações inter-regionais e interurbanas em nível mundial e qual será o seu rebatimento intranacional? Haverá aumento do desnível entre centros dentro do País? Como os centros mundiais (de outros países) influirão sobre a nossa rede urbana?

Essas perguntas não têm apenas que ver com os fatores chamados de mercado, mas com decisões políticas. Em que medida, por exemplo, o Mercosul terá efeito sobre essa evolução? Repetimo-nos. O futuro não é feito apenas de tendências, mas de tendências e de vontade. Por isso, ele também vai depender das políticas públicas que possam ser geradas, incluindo saber se o País se encaminhará para uma ainda mais rápida oligopolização da economia, do território, da cidade, e o papel que tomará, nesse momento, uma política neoliberal ou o reforço do mercado interno. Em que medida a expansão do meio técnico-científico responderá a um processo concomitante de oligopolização não é um imperativo técnico, mas depende da vontade política.

Por outro lado, o futuro urbano também vai depender da forma que tomará a flexibilização tropical em nossas cidades, em contraponto à decantada flexibilização oriunda do progresso tecnológico, criadora, aliás, de rigidez. Em nosso País, já conhecemos desde muito uma flexibilização tropical do trabalho, que é o mecanismo pelo qual se criam tantos empregos urbanos, evitando a explosão das cidades. A forma como se dá o processo de involução urbana assegura trabalho para centenas de milhares de pessoas dentro das cidades. Essa é uma pergunta crucial: como será o trabalho nos próximos anos? Da forma como ele for, dependerá a forma como a urbanização se dará, também porque aí pode estar a semente de nova consciência política. Ora, a vontade política é o fator por excelência das transfusões sociais. Nesse particular, as tendências que assume a urbanização neste fim de século aparecem como dado fundamental para admitirmos que o processo irá adquirir dinâmica política própria, estrutural, apontando para uma evolução que poderá ser positiva se não for brutalmente interrompida.

Bibliografia

- ABLAS, Luiz. *Agricultura irrigada e desenvolvimento regional*. IPE, FEA, USP, 1988 (mimeo, 22 p.).
- ABLAS, Luiz A. de Q. e Vera Lúcia Fava. *Dinâmica espacial do desenvolvimento brasileiro*. IPE-USP., v. 2, 1985.
- ABREU, Mauricio de Almeida. *O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Geografia, 1990 (mimeo, 123 p.).
- ALESSIO, Nancy. *Urbanização, industrialização e estrutura ocupacional, 1872-1920*, *Revista Dados*, 1970, p. 103-117.
- ALMEIDA, Fernando Lopes de. *A questão urbana na América Latina*. Forense-Universitária, Rio, 1978.
- Anuário Estatístico do Brasil de 1912*. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Rio de Janeiro, 1916.
- ARMSTRONG, W. e T. G. McGee. *Revolutionary Change and the Third World City: a Theory of Urban Involution*, *Civilisations* 18, 1968.
- AYDALOT, Philippe. *Contribution à la théorie de la division spatiale du travail*. Seminário de Economia Regional e Urbana, Programa de Ensino e Pesquisa Regional e Urbana, São Paulo, agosto 1979.
- AZEVEDO, Aroldo de. *Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva*, *Boletim* 208, *Geografia* 11, Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, 1956.
- BASTIDE, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. DIFEL, São Paulo, 1978.
- BECKER, Bertha. *Formação de novas regiões na Amazônia: ação estatal e povoamento espontâneo na produção de Rondônia* (versão preliminar), sd, mimeo, 35 p.
- BENAKOUCHE, Tamara. *Nouvelles technologies de communications et dynamique spatiale: le cas du Brésil*, *Colloque Communications et Territoire, Dossier* 1, jan. 1988, p. 100-110.
- BETING, Joelmir. Artigo na *Folha de S. Paulo*, 26/8/1988.
- BOUDEVILLE, Jacques. *Les espaces économiques*. Presses Universitaires de France, Paris, 1964 (2.^a ed.).
- BRAMAEEKER, François Eugène Jean de. *Os centros urbanos: 1950 a 1980*, *Revista Brasileira de Estatística*, ano XLVII, n.º 180, jul-set 1986, p. 279-303.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo. *A regionalização da grande indústria no Brasil: Recife e Salvador na década de 70*, *Revista de Economia Política*, 5(4), out-dez 1985, p. 77-98.
- BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Vozes, Petrópolis, 1990.
- CAMPOS FILHO, Candido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos*, Ed. Nobel (Coleção Cidade Aberta), São Paulo, 1989.

- COELHO, Maria Celia Nunes e Raymundo Garcia Cota. *Relações entre garimpo e estrutura fundiária: o exemplo de Marabá (sul do Pará)*, mimeo, 17 p., 1986.
- CORDEIRO, Helena Kohn. Os principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro, *Boletim de Geografia Teórica*, anos 16-17, n.º 31-34, p. 153-196, Rio Claro, 1987.
- CORDEIRO, Helena K. O setor financeiro e a circulação da informação no Brasil pós-70, Departamento de Cartografia e Análise da Informação Geográfica, UNESP, Campus de Rio Claro (mimeo, 16 p.) (publicado nos *Anais do III Encontro de Geógrafos da América Latina*, Toluca, México, 1991).
- CORDEIRO, Helena K. e Denise Aparecida Bovo. A modernidade do espaço brasileiro através da rede nacional de telex, *Revista Brasileira de Geografia*, 52(1), jan-mar 1990, p. 107-155.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Os estudos de redes urbanas no Brasil até 1965, *Simpósio de Geografia Urbana*. Instituto Panamericano de Geografia e História, Rio de Janeiro, 1968, p. 173-206.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Uma introdução: a geografia urbana no Brasil, uma avaliação, *Anais do Encontro Nacional de Geógrafos*. A.G.B., Fortaleza, 1978.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia, *Revista Brasileira de Geografia*, 49(3), 1987, p. 39-68.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Concentração bancária e centros de gestão do território, *Revista Brasileira de Geografia*, 51(2), 1989, p. 17-32.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica brasileira, *Revista Brasileira de Geografia* 51(3), jul-set 1989, p. 113-137.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Os centros de gestão e seu estudo*. Departamento de Geografia, U.F.R.J., 1990 (mimeo, 26 p.).
- CORRÊA, Roberto Lobato. Corporação e espaço, uma nota, *Revista Brasileira de Geografia*, 53(1), jan-mar 1991, p. 137-145.
- DAVIDOVITCH, Fany. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XL, n.º 1, jan-mar 1978.
- DAVIDOVITCH, Fany. Urbanização brasileira: Tendências, problemas e desafios, *Espaço e debates*, ano IV, n.º 13, 1984, p. 12-29.
- DAVIDOVITCH, Fany. Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970-1980, *Revista Brasileira de Geografia*, 49(4), 1987, p. 7-24.
- DAVIDOVITCH, Fany e Olga Maria Buarque de Lima Fredrich. *Urbanização no Brasil*. Departamento de Geografia, IBGE, 1988 (mimeo, 147 p.).
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades, I e II: I) *Boletim geográfico* 14, 1944; II) *Boletim Geográfico* 15, 1944.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Urbanization and counter-urbanization in Italy, *Ekistics*, 316, jan-feb 1986, p. 26-33.
- DIAS, Leila Christina. Un indicateur de l'organisation territoriale: l'activité bancaire et son évolution au Brésil, in G. B. Benko. *La dynamique spatiale de l'économie contemporaine*. Éditions de l'Espace Européen, 1990, p. 293-308.
- DIAS, Leila Christina. *Les réseaux de télécommunication et l'organisation territoriale et urbaine au Brésil*. Thèse de doctorat, Université de Paris IV, Paris, 1991.
- DIÉGUES JR. Manuel. *Imigração, urbanização, industrialização*. CBPE/INEP, Ministério da Educação, 1964.

- ELIAS, Denise. *Um século de urbanização no Brasil*. Departamento de Geografia, USP, 1991, mimeo.
- EMPLASA. *Sumário de dados da Grande São Paulo, 1991*. São Paulo, 1992.
- FARIA, Vilmar. O sistema urbano brasileiro: um resumo das características e tendências recentes, *Estudos CEBRAP* 18, 1976, p. 91-116.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1973.
- FREDRICH, Olga Buarque. Algumas reflexões sobre a geografia urbana no Brasil, *Encontro Nacional de Geógrafos*, AGB, Fortaleza, 1978.
- FREDRICH, Olga Buarque de Lima e Fany Davidovitch. A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho, *Revista Brasileira de Geografia* 4, 1982, p. 541-590.
- FRIEDMANN, John. Urbanisation et développement national: une étude comparative, *Revue Tiers-Monde* 45, jan-mar 1971.
- GAUDEMAR, J. P. de *La mobilisation générale*, Éditions du Champ Urbain, Paris, 1979.
- GEIGER, Pedro. *Evolução da rede urbana brasileira*. CBPE/INEP, Ministério da Educação, 1963.
- GEIGER, Pedro. *Desenvolvimento do capitalismo e distribuição da população do Brasil*. Set. 1985 (mimeo, 14 p.).
- GEIGER, Pedro. *Expansão da classe média e do setor público e urbanização no Brasil*. Comunicação ao Colóquio "A Metrópole e a Crise", Departamento de Geografia, USP, 1985 (mimeo, 19 p.).
- GEIGER, Pedro. *Desenvolvimento do capitalismo e distribuição da população no Brasil*. Set. 1985 (12 p.).
- GEIGER, Pedro. *Introdução a uma revisão sobre a questão urbana no Brasil*. Comunicação à Reunião de Consulta do IPGH, Rio de Janeiro, abril de 1986 (mimeo, 10 p.).
- GERTEL, Sérgio. *A informatização e o processo urbano no Brasil*. Relatório de pesquisa para a FINEP, 1986.
- GERTEL, Sergio. *O computador no território brasileiro*. Comunicação ao Colóquio de Geografia Brasil-Argentina-Uruguai, Universidade de São Paulo, set. 1988 (mimeo).
- GERTEL, Sergio. *Geografia, informação e comunicação: a imagem postal brasileira*. Tese de mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH, USP (2 vols.), 1991.
- GOMES, Cilene. *Um século de terciarização no Brasil*. Departamento de Geografia, USP, 1991 (mimeo).
- GONÇALVES, Maria Flora. *O processo de urbanização como objeto teórico: geógrafos, sociólogos, economistas e demógrafos*. UNICAMP, 1988 (mimeo).
- GOULART REIS FILHO, Nestor. *Evolução urbana do Brasil*. Pioneira, São Paulo, 1968.
- GRAZIANO DA SILVA, José. *O cenário esperado: a industrialização e a urbanização da agricultura brasileira*. Comunicação ao Seminário "Brasil Século XXI", Universidade de Campinas, abril 1989.
- HÉBETTE, Jean. Grandes projetos e transformações na fronteira, *Espaço e Debates*, ano V, n.º 15, 1985, p. 75-85.
- HOSELITZ, Bert. Generative and parasitic cities, in B. Hoselitz (org.), *Sociological Aspects of Economic Growth*. The Free Press of Glencoe, 1960.

- JAGUARIBE, Helio e outros. *Brasil, Reforma ou Caos*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1989.
- JARDIM, Antonio de Ponte. Distribuição espacial da população brasileira e algumas características sócio-econômicas entre 1960 e 1980, *Revista Brasileira de Estatística* 49(192), p. 97-154, jul-dez 1988.
- LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. CBBPE/INEP, Ministério da Educação, 1959.
- LAMPARELLI, Celso. A metropolização como uma das formas de urbanização, in A. C. Torres Ribeiro e Denise B. P. Machado. *Metropolização e rede urbana, perspectivas dos anos 90*, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990, p. 55-59.
- LANGENBUCH, Juergen Richard. *A estruturação da Grande São Paulo, estudo de geografia urbana*. IBGE, Rio de Janeiro, 1971.
- LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *Modos de produção e realidade brasileira*, Vozes, Petrópolis, 1980.
- LINARDI, Maria Cecília. *A metrópole norte-paranaense*. Projeto de tese de doutorado, Departamento de Geografia, FELCH, USP, 1992.
- LOPES, Juarez R. Brandão. *Desenvolvimento e mudança social*. Editora Nacional, São Paulo, 1976.
- LU, Martin. *Os grandes projetos da Amazônia: integração nacional e (sub)desenvolvimento regional?*. FIPE, FEA, USP, São Paulo, maio 1984 (mimeo, 28 p.).
- MACHADO, Lia Osório. *Urbanização e migração na Amazônia: sugestão para uma abordagem geopolítica*. UFRJ, Rio de Janeiro, 1982 (mimeo).
- MACHADO, Lia Osório. *Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia*. Simpósio sobre Urbanização, Migração e Colonização na Amazônia, SBPC, Belém 6-13, julho 1983.
- MACHADO, Lia Osório. *Urbanização e monopólio do espaço: o exemplo da Amazônia*. Departamento de Geografia, UFRJ, julho 1984 (mimeo, 34 p.).
- MAMIGONIAN, Armen. Notas sobre a geografia urbana brasileira, *Anais do Encontro Nacional de Geógrafos*. A.G.B., Fortaleza, 1978.
- MAMIGONIAN, Armen. Tecnologia e desenvolvimento desigual no centro do sistema capitalista, *Revista de Ciências Humanas* 2. Editora da UFSC, 1982, p. 38-47.
- MAMIGONIAN, Armen. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá, *Geosul*, 1(1), 1986, p. 39-53.
- MARCILIO, Maria Luiza. Evolução da população brasileira através dos censos até 1872, *Anais de História*, Faculdade de Filosofia e Letras de Assis, ano 6, 1974, p. 115-137.
- MARTINE, George. *Transformações recentes na agricultura e suas implicações espaciais* (mimeo, sd, 29 p.).
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil, terra de quem?*. Ed. Nobel, São Paulo, 1991.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1982.
- MIRANDA, Mariana. *Amazônia: organização do espaço urbano e regional*. Departamento de Geografia, UFRJ, 1985 (mimeo, 14 p.).
- MOREIRA, Ruy. *O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil* (estudo sobre sociedade e espaço). Vozes, Petrópolis, 1985.
- MORTARA, Giorgio. O aumento da população do Brasil entre 1872 e 1940, *Estudos de estatística teórica e aplicada, estatísticas demográficas* 13, IBGE, Rio, 1951.
- MULLER, Nice Lecquoc. Evolução e estado atual dos estudos de geografia urbana no Brasil, *Simpósio de Geografia Urbana*. Instituto Panamericano de Geografia e História, Rio de Janeiro, 1968, p. 13-58.

- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. *Evolução do povo brasileiro*. José Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1966.
- OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Vozes, Petrópolis, 1980.
- ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira, cultura brasileira e indústria cultural*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1988.
- OSTOJIC, Negoslav, Vladimir Stipetic, Vidosav Trickovic. Les effets d'entraînement de l'industrie sur le développement de l'agriculture, expériences yougoslaves, *Mondes en Développement*, 31-32, 1980.
- PACHECO, Regina Silvia. Transporte por ônibus em São Paulo: operação mista, caráter privado, *Revista dos Transportes Públicos*, 10(40), jun. 1988, p. 5-18.
- PANIZZI, Wrana. Na Urbanização brasileira, ainda o predomínio da metrópole, in A. C. Torres Ribeiro e Denise B. P. Machado. *Metropolização e rede urbana, perspectiva dos anos 90*. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990, p. 45-54.
- PAVIANI, Aldo. *Brasília, a metrópole em crise, ensaios sobre urbanização*. Editora UNB, Brasília, 1988.
- PIH, Lawrence. O desafio brasileiro. *Folha de S. Paulo*, 2/2/1990.
- PIH, Lawrence. Incompetência e estatismo de direita, *Folha de S. Paulo*, 4/12/1989.
- PINTAUDI, Silvana Maria. *Os supermercados na Grande São Paulo*. Dissertação de mestrado, Departamento de Geografia, USP, 1981.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1953.
- RANDOLPH, Rainer. Grande capital e transparência local: advento da era da ignorância?, in R. Piquet e A. C. T. Ribeiro. *Brasil, território da desigualdade*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1991, p. 96-110.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Matéria e espírito: O poder (des)organizador dos meios de comunicação, in R. Piquet e A. C. T. Ribeiro. *Brasil, território da desigualdade*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1991, p. 44-55.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Comunicação e metrópole: a questão da participação, *Cadernos do IPPUR*, 4(1), dez. 1990, p. 35-53.
- RICHTA, Radovan. *Economia socialista e revolução tecnológica*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1972 (*La civilisation au carrefour*, Anthropos, Paris, 1968).
- ROCHE, Jean. Porto Alegre, metrópole do Brasil meridional, *Boletim Paulista de geografia* 29.
- ROSSINI, Rosa Ester. La baisse récente de la fécondité au Brésil, *Espace, Populations, Sociétés*, 1985, III, p. 597-614.
- ROSSINI, Rosa Ester. *Geografia e gênero: A mulher na lavoura canavieira paulista*: Tese de livre-docência, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Universidade de São Paulo, 1988.
- ROUX, Jean-Michel. *Territoires sans lieux, la banalisation planifiée des régions*. Dunod, Paris, 1980.
- SANTOS, Milton. *O centro da Cidade de Salvador, estudo de geografia urbana*. Livraria Progresso Editora/Universidade da Bahia, Salvador, 1959.
- SANTOS, Milton. Crossance nationale et nouvelle armature urbaine au Brésil, *Annales de Géographie*, 77(419), jan-fev 1966, p. 37-63.
- SANTOS, Milton. *Les villes du Tiers Monde*. Ed. M.-Th. Genin/Librairies Techniques, Paris, 1971.

- SANTOS, Milton. Capital e espaço: o meio técnico-científico, *Anais do 4.º Encontro Nacional de Geógrafos*. AGB, Rio de Janeiro, 1980, p. 627-642 (republicado em M. Santos. *Espaço e método*. Nobel, São Paulo, 1985, 1.ª ed., p. 37-48).
- SANTOS, Milton. O meio técnico-científico e a urbanização no Brasil, *Espaço e Debates* 25, 1988, p. 58-62.
- SANTOS, Milton. Réflexions sur le rôle de la géographie dans la période technico-scientifique, *Cahiers de Géographie du Québec* 32(87), déc. 1988, p. 313-319.
- SANTOS, Milton. Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico-científico, *Boletim Paulista de Geografia* 67, 1989, 5-16.
- SANTOS, Milton. O período técnico-científico e os estudos geográficos, *Geografia, Revista do Departamento de Geografia da USP* 4, 1990.
- SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada, o caso de São Paulo*. Nobel, São Paulo, 1990.
- SANTOS, Milton. Meio técnico-científico e urbanização: tendências e perspectivas, *Resgate* 3, 1991.
- SANTOS, Milton. Flexibilidade tropical, *Arquitetura e urbanismo* 38, out. 1991, p. 44-45.
- SANTOS, Milton. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas, *Terra Livre* 9, jul-dez 1991, p. 7-17.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. 1978, Hucitec, São Paulo (1992, 4.ª ed.).
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 1985, Ed. Nobel, São Paulo (1992, 3.ª ed.).
- SANTOS, Milton. A involução metropolitana: a região cresce mais que a metrópole, *Caderno Prudentino de Geografia* 14, junho de 1992, p. 168-195.
- SANTOS, Milton. *Les espaces de la globalisation*. Comunicação ao Colóquio do GEMDEV, sobre "Systèmes Monde", Paris, 4 e 5 fev. 1993.
- SANTOS, Milton. *São Paulo, metrópole internacional*. Studio Nobel, São Paulo, 1993.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. Hucitec, 1993 (no prelo).
- SANTOS, Milton e Dorcas Chagas. *Uma bibliografia comentada dos estudos geográficos sobre a urbanização brasileira*. IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Universidade da Bahia, 1959.
- SANTOS, Milton e Ana Clara Torres Ribeiro. *O conceito de região concentrada*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR e Departamento de Geografia, 1979 (mimeo).
- SANTOS FILHO, Milton. *O processo de urbanização no Oeste bahiano*, Sudene, Recife, 1989.
- SCHMIDT, Benício e Ricardo Farret. *A questão urbana*. Jorge Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1986.
- SERRA, Geraldo. *Urbanização e centralismo autoritário*. EDUSP-Nobel, São Paulo, 1991.
- SIEGFRIED, André. *Aspects su XX^{ème} siècle*. Hachette, Paris, 1955.
- SILVA, Barbara Christine Nentwig e Sylvio Bandeira de Mello e Silva. Urbanização e política de desenvolvimento regional da Bahia, *Geografia* 12(23), abril 1978, p. 15-30.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Cia. Ed. Nacional, São Paulo, 1977 (2.ª ed.).

- SORRE, Max. La notion de genre de vie et sa valeur actuelle, *Annales de Géographie*, année LVII (1948), p. 97-108 e 193-204 (in P. Wagner et M. Mikesell, eds. *Readings in Cultural Geography*. Univ. of Chicago Press, 1962, p. 399-415).
- SOUZA, Maria Adélia A. de. *A identidade da metrópole, a verticalização em São Paulo*. Tese de livre-docência, Departamento de Geografia, FFLCH, USP, 1989.
- SOUZA, Maria Adélia de. *Cidades médias e desenvolvimento industrial — uma proposta de descentralização metropolitana*. Série Estudos e Pesquisas, 17, Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, São Paulo, 1978.
- SOUZA, Maria Adélia de. *Governo urbano*. Nobel, São Paulo, 1988.
- VALLADARES, Licia. *Petit guide de la recherche urbaine au Brésil*. IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.
- VALLADARES, Licia. *La recherche urbaine au Brésil, un état de la question*. CNRS-ORSTOM, Paris, 1989.
- VALLADARES, Licia. *1001 teses sobre o Brasil urbano, catálogo bibliográfico 1940-1989* (Urbadata). IUPERJ-ANPUR, Rio-São Paulo, 1991.
- VANDERMOTTEN, C. Bélgica: el principio del fin de la periurbanización, *Anales de Geografía de la Universidad Complutense* 5, 1985, p. 111-139.
- VASCONCELLOS, Pedro de Almeida. *A cidade da geografia no Brasil*. Departamento de Geografia, UFBA, out. 1989 (mimeo, 17 p.).
- VASCONCELLOS, Sonia. *Espaço no poder-poder no espaço: uma análise do planejamento durante o Governo Figueiredo*. Dissertação de mestrado, IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.
- VILLELA, Annibal Vilanova e Wilson Suzigan. *Política de governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. IPEA-INPES, Instituto de Planejamento Econômico e Social, Série Monográfica 10, Rio de Janeiro, 1973.

POPULAÇÃO DAS CIDADES E DAS VILAS COM MAIS DE 20.000
HABITANTES NAS DATAS DOS RECENSEAMENTOS GERAIS.
1940, 1950, 1970 e 1980.

Unidades da Federação e Regiões	Recenseamento				
	1940	1950	1960	1970	1980
<i>Norte</i>	231.527	340.859	566.537	1.095.931	2.174.469
Rondônia	—	—	—	41.635	132.807
Acre	—	—	—	34.938	87.449
Amazonas	66.854	110.678	154.040	286.083	667.822
Pará	164.673	230.181	384.912	680.728	1.154.445
Roraima	—	—	—	—	43.016
Amapá	—	—	27.585	52.547	88.930
<i>Nordeste</i>	1.237.353	2.143.660	3.648.350	6.924.808	11.055.042
Maranhão	58.735	81.432	124.606	307.460	619.587
Piauí	57.871	84.325	139.957	276.620	540.685
Ceará	164.391	304.549	560.827	1.057.865	1.787.452
Rio Grande do Norte	51.479	118.312	193.109	360.234	607.362
Paraíba	104.976	185.040	299.944	547.163	837.749
Pernambuco	379.107	683.492	1.125.238	2.090.847	2.871.344
Alagoas	80.045	102.301	153.305	365.281	522.731
Sergipe	50.306	68.686	112.516	202.800	342.452
Bahia	290.443	515.523	938.848	1.716.538	2.925.680
<i>Sudeste</i>	4.018.799	7.158.751	12.841.257	23.469.886	35.909.353
Minas Gerais	300.974	693.861	1.774.034	3.462.252	5.918.491
Espírito Santo	42.098	75.940	227.717	444.806	886.241
Rio de Janeiro	1.759.395	3.071.908	4.805.288	7.554.312	9.738.991
São Paulo	1.916.332	3.317.042	6.034.218	12.008.516	19.365.630
<i>Sul</i>	634.202	1.104.150	2.450.653	4.509.920	8.163.823
Paraná	128.800	219.186	630.983	1.297.569	2.860.393
Santa Catarina	25.014	113.328	294.116	614.334	1.312.268
Rio Grande do Sul	480.388	771.636	1.525.554	2.598.017	3.991.162
<i>Centro-Oeste</i>	23.054	98.551	415.455	1.398.297	3.442.716
Mato Grosso	—	24.119	43.122	109.049	381.621
Mato Grosso do Sul	23.054	32.848	101.221	249.916	539.560
Goiás	—	41.584	181.424	543.117	1.401.199
Distrito Federal	—	—	89.698	496.215	1.120.336
BRASIL	6.144.935	10.845.971	19.922.252	37.398.842	60.745.403





Aglomeracões com mais de
20.000 habitantes em 1980



ÍNDICE DOS AUTORES CITADOS

- ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz, 12, 40,
 ABREU, Mauricio de Almeida, 12
 ALESSIO, Nancy, 22
 ALMEIDA, Fernando Lopes de, 12
 AMARAL, A., 42n
 ARMSTRONG, W. R., 55
 AYDALOT, Philippe, 103
 AZEVEDO, Aroldo de, 11, 17n
 AZEVEDO, Thales de, 18n
- BASTIDE, Roger, 19, 19n
 BAUDRILLARD, Jean, 47
 BECKER, Bertha, 44n
 BENAKOUCHE, Tamara, 42
 BETING, Joelmir, 102
 BOUDEVILLE, Jacques, 38, 39
 BRAMAEEKER, François E. J. de, 11, 71, 82, 83
 BRANDÃO, Maria de Azevedo, 54
 BRAUDEL, Fernand, 125
 BRUM, Argemiro J., 108
- CAMPOS FILHO, Candido Malta, 11
 CARTIER BRESSON, 84, 85
 CELSO, (conde) Afonso, 17
 CHAGAS, Dorcas, 12
 COELHO, Maria Célia Nunes, 52n
 CORDEIRO, Helena Kohn, 42, 92
 CORRÊA, Roberto Lobato, 12, 42, 60, 103, 104n
 COTA, Raymundo Garcia, 52n
- DAVIDOVITCH, Fany, 11
 DEFFONTAINES, Pierre, 17n
 DEMATTEIS, Giuseppe, 81n
 DIAS, Leila Christina, 42
 DIÉGUES JÚNIOR, Manuel, 12
- ELIAS, Denise S., 15, 35n, 41n
- FARIA, Vilmar, 11
 FARRET, Ricardo, 107

FAVA, Vera Lucia, 12
 FELDENS, 37n
 FERNANDES, Florestan, 102
 FREDRICH, Olga Maria Buarque de Lima, 11, 12
 FRIEDMANN, John, 39
 FROHLICH, 37n

GAUDEMAR, Jean-Paul, 121
 GEIGER, Pedro, 11, 12, 20n, 21, 22, 22n, 42n, 78n, 120
 GERTEL, Sergio, 35n, 39, 93
 GOMES, Cilene, 15
 GONÇALVES, Maria Flora, 12
 GOULART REIS FILHO, Nestor, 11, 17, 18
 GRAZIANO DA SILVA, José, 33, 49n

HÉBETTE, Jean, 42n, 44n
 HOLANDA, Sérgio Buarque de, 18n
 HOSELITZ, Bert, 17

JAGUARIBE, Hélio, 119
 JARDIM, Antonio de Ponte, 11

KARAVAEV, 99
 KAYSER, Bernard, 121

LAMBERT, Jacques, 38, 119
 LAMPARELLI, Celso, 75
 LANDA, José Allende, 81n
 LANGENBUCH, Jurgen Richard, 75
 LAPA, J. R. Amaral, 14
 LEFEVRE, Henry, 47
 LINARDI, Maria Cecília, 35n, 75
 LOPES, Juarez Rubens Brandão, 22, 22n
 LU, Martin, 114

MACHADO, Lia Osório, 49n, 52, 61
 MAMIGONIAN, Armen, 12, 62n
 MARCILIO, Maria Luiza, 22n
 MARTINE, George, 42n, 120
 MARX, Murillo, 19
 MARX, Karl, 103
 McGEE, Terence G., 55
 MELLO, João Manuel Cardoso de, 105
 MIRANDA, Mariana, 61
 MOREIRA, Ruy, 111n
 MORTARA, Giorgio, 21n
 MULLER, Nice Lecocq, 12

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José, 17
 OLIVEN, Ruben George, 20n, 21, 23, 23n
 ORTIZ, Renato, 46
 OSTOJIC, Negoslav, 29n

PACHECO, Regina Silvia, 111n
 PANIZZI, Wrana, 75
 PAVIANI, Aldo, 75
 PIH, Lawrence, 99, 100, 100n, 101n
 PIMENTA, Luiz, 35n
 PIMENTA, Margareth, 35n
 PINTAUDI, Silvana Maria, 111n
 PINTO, Luiz Carlos Guedes, 42n
 PRADO JÚNIOR, Caio, 18n, 20

RANDOLPH, Rainer, 103, 103n
 RIBEIRO, Ana Clara Torres, 39, 46, 46n, 47
 RIBEIRO, Darcy, 15
 RICHTA, Radovan, 38
 ROSINGER, 84, 85
 ROSSINI, Rosa Ester, 24, 31, 51n, 121
 ROUX, Jean-Michel, 108

SAMPAIO, Theodoro, 18n
 SANTOS FILHO, Milton, 40
 SANTOS, Wilson, 35n
 SCHENEIDER, 37n
 SCHMIDT, Benicio, 107
 SERRA, Geraldo, 11-12
 SIEGFRIED, André, 35
 SILVA, Barbara Christine Nentwig, 72n
 SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e, 72n
 SINGER, Paul, 12
 SORRE, Maximilien, 35, 66
 SOUZA, Maria Adélia A. de, 57, 75, 113
 STECHHAHN, Carlos, 55n
 STIPEVIC, Vladimir, 29n
 SUZIGAN, Wilson, 21n, 22, 23, 23n

TRICKOVIC, Vidosav, 29n

VALLADARES, Licia, 12
 VASCONCELLOS, Sonia, 99
 VILLELA, Annibal Vilanova, 21n, 22, 23, 23n

ZANTMAN, 84, 85